COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMADS

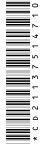
REQUERIMENTO N°, DE 2021

(Do Sr. Rodrigo Agostinho)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da CMADS, para debater o **PL 1.205/2019**, que dispõe sobre a zona de amortecimento das unidades de conservação; altera a Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000.

Senhora Presidente:

Requeiro, nos termos dos Arts. 24, III e XIV, 50, § 5° e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito da CMADS, para debater o *Projeto de Lei n.º 1.205, de 2019*, de autoria do nobre deputado Pinheirinho (PP/MG), que "dispõe sobre a zona de amortecimento das unidades de conservação; altera a Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000", com a presença dos seguintes convidados:







- ANGELA KUCZACH Secretária executiva da Rede Nacional Pró Unidades de Conservação;
- ROBERTO PALMIERI Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora);
 - SIMONE BOTTREL Associação Arca Ama Serra;
- DALCE RICAS Superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA);
 - Representante do Observatório do Clima.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei n.º 1.205/2019, do eminente deputado Pinheirinho, dispõe sobre a zona de amortecimento das unidades de conservação. E, de acordo com a justificativa do autor, o ilustre deputado Pinheirinho (PP/MG), a presente proposição visa explicitar regra que decorre da própria interpretação lógica, sistemática e teleológica da Lei do Snuc. Se a área urbana já está consolidada, em determinados casos os limites da unidade de conservação necessitarão ser ajustados para que a zona de amortecimento não abranja essa área.

No entanto, destaco que a criação de uma unidade de conservação é precedida de estudos técnicos que permitem identificar sua localização, dimensão e limites mais adequados, o que requer uma avaliação fundamentada das características socioambientais e de atividades previamente existentes na região a ser protegida e no seu entorno, além da adequada participação social.





Nesse sentido, considerando os direitos fundamentais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à propriedade, os atuais instrumentos legais previstos na Lei Federal 9.985/2000 encontram-se perfeitamente harmonizados ao ordenamento jurídico, de modo que o PL 1.205/2019 precisa ser debatido de forma mais ampla com a sociedade.

Em virtude de todo o exposto, na consonância do sentido do sistema jurídico ambiental brasileiro, o qual deve sempre pugnar pela vedação ao retrocesso, e aliada aos melhores fundamentos técnicos e científicos sobre a matéria, requeiro a realização dessa audiência pública para debater o PL 1.205/2019.

Certo da compreensão de Vossa Excelência e dos meus nobres Pares, submeto este requerimento à consideração desse colegiado, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2021.

Deputado RODRIGO AGOSTINHO PSB/SP

(RSFarias - P_152181)



